



AZ@BXL

Número: 256 Data: 2023.01.20

No título: [ilha das Flores](#)

Nota: A ilha das Flores é a quinta ilha mais antiga dos Açores, com aproximadamente 2,16 milhões de anos, e atinge a sua cota máxima de 914 metros no cone vulcânico do Morro Alto. Tal como a vizinha ilha do Corvo, está separada do resto do arquipélago pela Crista Média Atlântica, estando localizada na Placa Norte-americana. Relativamente ao vulcanismo, é de referir a existência de um sistema vulcânico ativo, o Sistema Vulcânico das Lagoas, que abrange o planalto central e compreende a atividade vulcânica mais recente registada na ilha, retomada há 4 mil anos após um prolongado período de inatividade de cerca de 200 mil anos. As erupções mais recentes datam de há 3 mil anos.

Do ponto de vista geológico, é nesta ilha que se observa a maior quantidade e diversidade de maars, que correspondem a vulcões monogenéticos. Os maars estão associados a atividade hidromagmática, resultante da interação entre o magma em ascensão e a água existente nas rochas sobrejacentes, na sequência das quais se formam crateras de explosão “encaixadas” na região circundante, sendo quase sempre ocupadas por lagoas, como são exemplos a Lagoa Seca, a Lagoa Comprida e a Lagoa Funda.

O Parque Natural das Flores apresenta aspetos notáveis, como as maiores e mais bem conservadas turfeiras arborizadas do Atlântico Norte e duas das plantas mais raras do mundo, a não-me-esqueças (*Myosotis azorica*) e a *Veronica dabneyi*, que, atualmente, só é conhecida em estado selvagem nas ilhas do Grupo Ocidental.

Foram compiladas 547 espécies de plantas vasculares para as Flores, das quais, entre espécies e subespécies, mais de 50 são endémicas do Arquipélago. No que se refere à sua fauna terrestre, importa salientar três espécies endémicas da ilha: escaravelho-cascudo-da-mata (*Tarphius floresensis*), *Agyneta depigmentata* e *Cheiracanthium floresense*.

O Parque engloba diversas áreas classificadas na Rede Natura 2000, nomeadamente a Zona de Proteção Especial (ZPE) da Costa Sul e Sudoeste, a Zona Especial de Conservação (ZEC) da Zona Central - Morro Alto e as ZPE e ZEC da Costa Nordeste, bem como um Sítio Ramsar: Planalto Central das Flores (Morro Alto)

Créditos: [Secretaria Regional do e Alterações Climáticas](#)

Destaques



- [Parlamento Europeu solicita a reintrodução dum programa especificamente dedicado às RUP no setor das pescas: POSEI Pescas](#)
- [Comissão Europeia publica Comunicação sobre “Rentabilizar os talentos existentes na Europa: um novo impulso para as regiões”](#)
- [Migrantes: convite à apresentação de propostas para financiar ações de integração e percursos complementares](#)
- [Comércio e clima: UE e países parceiros estabelecem «aliança de ministros do comércio em matéria de clima»](#)
- [Parecer da EFSA sobre carne maturada - tão segura como a fresca](#)
- [Financiamento da UE através da política de coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: uma análise comparativa](#)
- [Apenas 22% da energia consumida na União Europeia em 2021 provém de energias renováveis](#)
- [Apresentado o primeiro relatório intercalar sobre o Novo Bauhaus Europeu](#)
- [Pesca sustentável: mais três navios de patrulha para reforçar o acompanhamento, controlo e vigilância](#)
- [Produção de resíduos perigosos na União Europeia continua a aumentar](#)



23 de janeiro



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros, presidido pelo alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, [realiza-se](#) em Bruxelas e tem início às 10h. O Conselho trocará pontos de vista sobre a agressão russa contra a Ucrânia, bem como sobre o Sael e os países costeiros da África Ocidental. Além disso, será informado sobre questões da atualidade. Durante um almoço de trabalho, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE procederão a uma troca informal de pontos de vista com o primeiro-ministro palestino.



Salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social na UE: novas regras

Os recentes acontecimentos em países da UE relativos à propriedade, gestão ou funcionamento de determinados órgãos de comunicação social indicam uma crescente ingerência neste setor. A presente iniciativa visa garantir um melhor funcionamento do mercado dos meios de comunicação social da UE mediante o reforço da segurança jurídica e a eliminação dos obstáculos ao mercado interno.

As regras estabelecem um mecanismo para promover a transparência, a independência e a responsabilização por medidas que afetem os mercados dos meios de comunicação social, a liberdade e o pluralismo na UE. Comentários até 23 de janeiro ([aqui](#)).

30 de janeiro



Conselho Agricultura e Pescas

Os ministros da agricultura da União Europeia [irão](#) reunir-se pela primeira vez durante a Presidência sueca do Conselho da União Europeia, que irá aproveitar para apresentar o seu [programa de trabalho](#). A Comissão Europeia irá trocar informações com os Estados-Membros sobre a situação do mercado, nomeadamente na sequência da invasão da Ucrânia.

Haverá ainda lugar a uma informação da Presidência relativa aos aspetos agrícolas da revisão da Diretiva Emissões Industriais, assim como a apresentação dum documento conjunto dum série de delegações, representadas por Portugal, respeitantes à revisão da legislação em matéria de transporte de animais - uma parte essencial da produção alimentar.

Até 31 de janeiro



Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas).



Novo Bauhaus Europeu – candidaturas para 2023

Estão [abertas](#) as candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu de 2023. Tendo em conta o êxito das suas duas últimas edições, que receberam mais de 3 mil candidaturas de todos os Estados-Membros, os prémios de 2023 recompensarão 15 iniciativas exemplares que associem sustentabilidade, estética e inclusividade — os três valores fundamentais do Novo Bauhaus Europeu.

No contexto do Ano Europeu das Competências, esta edição dos prémios incluirá uma vertente temática adicional sobre educação e aprendizagem. Pela primeira vez, as candidaturas para projetos e conceitos podem igualmente provir dos Balcãs Ocidentais. Tal como no ano passado, serão atribuídos prémios específicos aos jovens com menos de 31 anos. As candidaturas estão abertas até 31 de janeiro de 2023, às 17h00 (hora dos Açores). Os Prémios de 2023 recompensarão projetos existentes, bem como os conceitos desenvolvidos por jovens talentos em quatro categorias. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) e no documento com [perguntas e respostas](#).

1 e 2 de fevereiro



Jornadas informativas respeitantes à política de promoção de produtos agrícolas da União Europeia - 2023

Para esclarecimentos sobre o programa para 2023, haverá dois dias dedicados à prestação de esclarecimentos. Embora ainda aguardando a confirmação definitiva, prevê-se que as sessões de esclarecimento venham a ser agendadas para os dias 1 e 2 de fevereiro de 2023. Todas as informações, bem como inscrições [aqui](#).

3 de fevereiro



Cimeira UE-Ucrânia

Os detalhes da reunião serão atualizados [aqui](#). A UE condena veementemente a agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia e a anexação ilegal das regiões ucranianas de Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Quérsón. Condena igualmente o envolvimento da Bielorrússia na agressão militar russa.

Desde fevereiro de 2022, o Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia têm reunido regularmente para debater a situação na Ucrânia de diferentes perspectivas. Em diversas ocasiões, os dirigentes da UE [exigiram](#) à Rússia que cessasse imediatamente as suas ações militares, retirasse incondicionalmente todas as forças e equipamento militar da Ucrânia e respeitasse plenamente a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia. Destacaram o direito da Ucrânia de escolher o seu próprio destino e elogiaram o povo ucraniano pela sua coragem na defesa do seu país.

Em resposta à agressão militar, a UE alargou substancialmente as sanções contra a Rússia, acrescentando um número significativo de pessoas e entidades à lista de sanções e adotando medidas sem precedentes. A UE tem demonstrado unidade e força e tem prestado à Ucrânia apoio humanitário, político, financeiro e militar.

6 de fevereiro



Prevenção do cancro — ações para promover a vacinação contra os vírus cancerígenos

Uma das 10 iniciativas emblemáticas do Plano Europeu de Luta contra o Cancro consiste em apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de alargar a vacinação de rotina contra os vírus que podem causar cancro numa fase posterior da vida.

A Comissão irá propor ações para aumentar a taxa de vacinação contra o vírus da hepatite B e o vírus do papiloma humano. Estas ações incluirão a redução dos obstáculos físicos à vacinação, a comunicação direcionada e a luta contra as informações enganosas e a desinformação. O [período para apresentação de comentários](#) relativos a esta futura proposta de recomendação da Comissão Europeia encerra a 6 de fevereiro.

Até 8 de fevereiro



Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados [aqui](#).



Programa-Quadro Europeu de I&I - Seminário sobre Sinergias do Fundo de Inovação

O objetivo do seminário é reunir participantes de projetos de I&I financiados ao abrigo de programas de financiamento de I&I da UE (nomeadamente através do Horizonte 2020) para explorar oportunidades de financiamento ao abrigo do Fundo de Inovação. Inscrições [aqui](#).

Até 9 de fevereiro



Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).



Pagamentos em atraso – Atualização das regras da UE

As regras da UE em matéria de pagamentos em atraso (Diretiva Atrasos de Pagamento) reduziram estes casos. No entanto, mais de 60 % das empresas da UE ainda não são pagas dentro dos prazos previstos, sendo as pequenas e médias empresas (PME) as mais afetadas.

A iniciativa ajudará as PME, revendo as atuais regras da UE em matéria de pagamentos com base nos dados disponíveis e futuros, a fim de promover uma transição definitiva para uma cultura de cumprimento dos prazos de pagamento. Os comentários respeitantes à nova proposta de diretiva deverão ser carregados [aqui](#).

Até 14 de fevereiro



Sistema de comércio de licenças de emissão da UE — alteração do Regulamento Registo

O Registo da União garante uma contabilização exata de todas as licenças de emissão emitidas no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão da UE. Esta iniciativa alterará o Regulamento Registo a fim de: fornecer informações pertinentes às entidades com direito a receber dados do registo; acrescentar uma entidade à lista de instituições que podem receber informações de registo; implantar medidas de segurança constantes do plano de segurança de 2019; disponibilizar aos titulares de contas orientações mais completas sobre a correta comunicação de transações bilaterais. Os comentários devem ser introduzidos [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.



Uma abordagem abrangente da saúde mental

A saúde mental é um grande desafio social para a UE. Afeta profundamente a saúde e o bem-estar das pessoas e tem profundas implicações para a economia e a coesão social. Esta iniciativa estabelece de que forma a ação a nível da UE pode ajudar a promover uma boa saúde mental e a prevenir, atenuar e responder a desafios em matéria de saúde mental; e de que forma as considerações de saúde mental devem ser tidas em conta numa grande variedade de políticas resilientes tanto nacionais como da União em benefício das pessoas em toda a UE.

O [período para apresentação de comentários](#) relativos a esta proposta de comunicação da Comissão Europeia encerra a 15 de fevereiro.

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

14 de março



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta iniciativa procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta. O [período de apresentação de comentários](#) encerra a 14 de março.



Gestão integrada dos recursos hídricos – listas revistas de poluentes da superfície e de águas subterrâneas

De acordo com uma recente avaliação («balanço de qualidade»), a legislação europeia no domínio dos recursos hídricos é, na sua generalidade, adequada à sua finalidade. No entanto, é necessário melhorar determinados aspetos, como o investimento, as normas de execução, a integração dos objetivos no domínio dos recursos hídricos noutras políticas, a poluição química, a simplificação administrativa e a digitalização.

Esta iniciativa tem a ver com as conclusões sobre a poluição química e a obrigação legal de rever regularmente as listas de substâncias prioritárias e de poluentes das águas subterrâneas. Os comentários podem ser partilhados [aqui](#).

Até 15 de março



Comissão Europeia lança inquérito sobre práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar

A Comissão Europeia lançou o seu [terceiro inquérito anual](#) para avaliar a eficácia das medidas da UE contra as práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar. O inquérito destina-se a agricultores, trabalhadores independentes e empresas ativas na produção, distribuição, transformação ou venda por grosso da cadeia de abastecimento agroalimentar.

As respostas fornecerão provas relevantes para o desenvolvimento das políticas da UE na sequência da implementação da [Diretiva de Práticas Comerciais Desleais](#) em 2021 e 2022. O inquérito está aberto até 15 de março de 2023 e os resultados serão então partilhados em linha.

16 de março



Pescas - Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (avaliação)

A Comissão Europeia realizará uma avaliação da Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (Diretiva 97/70/CE). Esta diretiva implementa o Protocolo de Torremolinos de 1993 sobre a segurança dos navios de pesca. A avaliação dará uma imagem exata da implementação e aplicação da diretiva. Avaliará a segurança dos navios de pesca à luz dos recentes melhoramentos técnicos em matéria de segurança da marinha mercante, e se o âmbito de aplicação da diretiva deve ser alargado para incluir navios mais pequenos. Os contributos das partes interessadas podem ser carregados [aqui](#).



Redução dos resíduos de embalagens – revisão das regras em vigor

A «economia circular» implica a redução dos resíduos e a reutilização e reciclagem dos bens. Isto significa que também é necessário reduzir os resíduos de embalagens e que estas devem ser mais fáceis de reciclar. A Comissão irá rever os requisitos aplicáveis às embalagens e resíduos de embalagens na UE, analisando, nomeadamente, soluções para: melhorar a conceção das embalagens a fim de promover a sua reutilização e reciclagem; aumentar a parte de material reciclado nas embalagens; combater o excesso de embalagens; reduzir os resíduos de embalagens. O [período para apresentação de comentários](#) referentes a esta proposta de regulamento terão de ser carregados, o mais tardar, a 16 de março.

Até 22 de março



Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida — avaliação

A Recomendação do Conselho, de 22 de maio de 2017, relativa ao Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida visa melhorar a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações das pessoas.

Convida a Comissão a examinar e avaliar, em cooperação com os países da UE e após consulta das partes interessadas, as medidas tomadas em resposta a esta recomendação e a apresentar ao Conselho, até 2022, um relatório sobre a experiência adquirida e as implicações para o futuro. Submissão de contributos [aqui](#).

Até 23 de março



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a uma governação inovadora, observações ambientais e soluções digitais de apoio ao Pacto Ecológico Europeu

Dentro deste domínio serão aprovadas propostas de projetos que visam a digitalização na agricultura e silvicultura: mercados de dados e tecnologias e infraestruturas digitais - situação e prospetiva num ambiente regulamentar, comercial e técnico em rápida mudança, e tecnologias digitais de apoio à deteção precoce fitossanitária, vigilância do território e medidas fitossanitárias. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

28 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2023

A [Conferência Anual do Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar, em Bruxelas, a 28 de março de 2023 e consistirá em apresentações ao vivo, painéis de debate, intervenções interativas e oportunidades de trabalho em rede. Poderá também acompanhar os trabalhos por meios telemáticos. As [inscrições](#) já se encontram abertas.



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos relacionados com a biodiversidade e serviços ecossistémicos

O Programa de Trabalho do Horizonte Europa "Cluster 6" 2023 oferece oportunidades de investigação e inovação que visam reduzir a degradação ambiental, travar e inverter o declínio da biodiversidade e melhorar a gestão dos recursos naturais nas zonas urbanas e rurais. Ajudará a garantir a segurança alimentar e nutricional dentro dos limites dos recursos planetários, e um ambiente limpo e saudável através do conhecimento, inovação e digitalização na agricultura, nos sistemas alimentares e na silvicultura.

Os projetos do "Cluster 6" apoiam a transição para uma economia circular de baixo carbono e eficiente em termos de recursos e uma bioeconomia sustentável. O capítulo "Biodiversidade e serviços ecossistémicos" ajudará a desenvolver práticas na agricultura e silvicultura que apoiam a utilização sustentável da biodiversidade e uma vasta gama de serviços ecossistémicos. Os tópicos neste capítulo visam preservar e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas essenciais, assegurando simultaneamente uma produção primária resiliente, através de um melhor conhecimento e inovação. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos referentes a um ambiente limpo e poluição zero

Os projetos devem ser submetidos versando soluções inovadoras na agricultura para a disponibilidade e qualidade da água, e otimização da utilização dos efluentes pecuários procurando mitigar as emissões de GEE e minimizar a dispersão de nutrientes/contaminantes no ambiente. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

Até 12 de abril



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a sistemas alimentares justos, saudáveis e amigos do ambiente, desde a produção primária até ao consumo

Tópicos que se enquadram neste capítulo aceleram a transição para sistemas alimentares sustentáveis e mais resilientes. Dará poder aos agricultores e silvicultores através de inovações baseadas na natureza, tecnologia, digitalização e carácter social. Tal aumentará a resiliência climática e reduzirá a dependência de pesticidas e antimicrobianos. Também fornecerá aos consumidores alimentos seguros, nutritivos e saudáveis. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes aos solos, oceanos e água para a ação climática

A investigação e inovação neste domínio ajudarão os agricultores a contribuir significativamente para a neutralidade climática. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes às comunidades rurais, costeiras e urbanas resilientes, inclusivas, saudáveis e verdes

As candidaturas devem contribuir para melhores inovações digitais, sociais e comunitárias para zonas rurais, costeiras e urbanas resilientes e prósperas. Serão apoiadas sinergias através de laboratórios vivos, aldeias inteligentes ou grupos operacionais EIP-AGRI. Novos modelos de governação que promovam a troca de conhecimentos, ferramentas inovadoras e soluções digitais capacitarão e ligarão os agricultores, permitindo a resiliência e sustentabilidade. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

Até 24 de abril



Acordos respeitantes à sustentabilidade na agricultura - consulta sobre o projeto de orientações relativas à exclusão de abusos de posição dominante

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) convidando todas as partes interessadas a comentar o seu [projeto de proposta de Orientações](#) sobre a forma de conceber acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura ("Orientações") utilizando a nova exclusão das regras de concorrência da UE introduzida durante a recente reforma da PAC.

O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe em geral os acordos entre empresas que restringem a concorrência, tais como os acordos entre concorrentes que conduzem a preços mais altos ou a quantidades mais baixas. Contudo, o [artigo 210a do Regulamento 1308/2013](#) (acordos e práticas concertadas de organizações interprofissionais reconhecidas) que estabelece uma organização comum de mercado de produtos agrícolas ("Regulamento OCM") exclui dessa proibição certos acordos restritivos no setor agrícola, quando esses acordos são indispensáveis para alcançar padrões de sustentabilidade.

16 de maio



Migrantes: convite à apresentação de propostas para financiar ações de integração e percursos complementares

A 17 de janeiro, a Comissão Europeia [lançou](#) um novo [convite](#) à apresentação de propostas para subvenções no valor de 40 milhões de euros ao abrigo do [Fundo de Integração, Migrações e Asilo \(AMIF\)](#). O convite está aberto até 16 de maio de 2023. Os beneficiários essenciais dos projetos são os migrantes, incluindo as pessoas com necessidade de proteção.

O papel das autoridades locais e regionais na [inclusão e integração de migrantes](#) poderá ser igualmente participado. O financiamento estará também disponível para ações que promovam a integração no mercado de trabalho, por exemplo, através da promoção da cooperação entre parceiros económicos e sociais, empregadores e organismos públicos. O convite aborda igualmente a promoção de percursos complementares ligados ao trabalho, apoiando a integração na educação, bem como uma prioridade sobre a proteção das crianças na migração.

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).

ACONTECEU



Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova regime romeno de apoio ao setor da bovinicultura no valor de 44 milhões de euros

A Comissão Europeia aprovou um regime romeno de 44 milhões de euros (RON 217,7 milhões) para apoiar o setor dos criadores de bovinos no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise](#) relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia, de 24 de março de 2022 e alterado a 20 de julho de 2022 e a [28 de outubro de 2022](#).

Ao abrigo deste regime, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas. O objetivo do regime é compensar os beneficiários elegíveis por parte dos custos adicionais incorridos especialmente devido ao aumento do preço do combustível, da energia e dos alimentos para animais e ajudá-los a ultrapassar as suas dificuldades financeiras ligadas à atual crise geopolítica.

A Comissão verificou que o regime romeno está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise. Em particular, a ajuda (i) não excederá 250 mil euros por beneficiário; e (ii) será concedida o mais tardar até 31 de dezembro de 2023. A Comissão concluiu que o regime é necessário, adequado e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número SA.105163 no [registo de auxílios estatais](#) no sítio web da concorrência da Comissão, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.

Parecer da EFSA sobre carne maturada - tão segura como a fresca

"A carne maturada não representa qualquer risco adicional em comparação com a carne fresca se for maturada em condições controladas", [segundo](#) os peritos da EFSA (Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos) num [parecer científico](#) divulgado no dia 19 de janeiro. A maturação da carne é um processo durante o qual micróbios e enzimas atuam sobre a carne para quebrar o tecido conjuntivo, amaciando assim a carne e dando-lhe um sabor mais rico. Isto pode ser feito através de dois métodos principais: a maturação húmida e a maturação seca. O processo de maturação húmido é utilizado para carne de vaca, porco e borrego que é armazenada e refrigerada numa embalagem a vácuo, enquanto a carne seca maturada é refrigerada sem embalagem, o que resulta numa superfície seca que é cortada antes da preparação.

"A carne maturada tem aumentado em popularidade nos últimos anos entre a indústria alimentar e restaurantes, mas até agora tem havido uma falta de conhecimento sobre a sua segurança. Os conselhos da EFSA contribuem para preencher essa lacuna e fornecem uma base científica sólida para que os operadores de empresas alimentares produzam carne maturada que seja segura", disse o presidente do Painel de Perigos Biológicos da EFSA, Prof. Kostas Koutsoumanis.

Não há riscos adicionais envolvidos desde que a combinação específica de tempo e temperatura identificada no parecer científico seja observada durante o processo de maturação, [segundo](#) os peritos da EFSA. Por exemplo, a carne seca maturada pode ser considerada tão segura como a carne fresca se a maturação for feita até 35 dias a uma temperatura de 3°C ou inferior.

Os peritos da EFSA [analisaram](#) as práticas atuais e identificaram os agentes patogénicos relevantes e as bactérias de deterioração que se podem desenvolver e sobreviver durante o processo de maturação e que podem ser prejudiciais para a saúde. Estas incluem E. coli (STEC) (especialmente na carne de bovino), Salmonella spp., Staphylococcus aureus, Listeria monocytogenes, enterotoxigenic Yersinia spp., Campylobacter spp. e Clostridium spp. Descreveram igualmente as condições, expressas como combinações de tempo e temperatura do processo de maturação, sob as quais a produção de carne maturada seca e húmida resultaria no mesmo nível de segurança que a carne fresca.

No caso de carne maturada seca, os peritos também aconselharam que a temperatura à superfície não excedesse 3°C durante o processo de maturação. Isto porque a temperaturas mais elevadas o bolor pode crescer na superfície da carne maturada seca e alguns destes bolores produzem naturalmente micotoxinas - compostos tóxicos que podem ter efeitos nocivos para a saúde. Finalmente, os peritos concluíram que os pontos de controlo críticos de análise de risco (HACCP) e os programas de pré-requisitos utilizados para garantir a segurança da carne fresca são também aplicáveis à carne maturada.



Produção de resíduos perigosos na União Europeia continua a aumentar

A União Europeia tomou medidas para reduzir a produção de resíduos perigosos, mas desde 2004 que estes não param de aumentar. Um [documento de análise](#) publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE) aponta os desafios atuais e futuros no combate a este problema: há que melhorar a classificação, garantir a rastreabilidade, aumentar a reciclagem e combater o tráfico, que continua a ser um negócio lucrativo. "A produção de resíduos perigosos está a aumentar, e a UE tem de combater este problema", alerta Eva Lindström, Membro do TCE responsável pelo documento de análise. "De preferência, os resíduos perigosos devem ser reciclados ou

valorizados em energia. A eliminação só deve ser utilizada como último recurso. No entanto, mais de metade dos resíduos perigosos da UE continuam a ser simplesmente eliminados. Neste documento de análise, mostramos que a prevenção e o tratamento dos resíduos perigosos continuam a ser um desafio, mas criam também oportunidades", afirma.

O tráfico e a descarga ilegal de resíduos perigosos continuam a ser atividades lucrativas, estimando-se que só as receitas anuais do tráfico se situem entre 1,5 mil milhões de euros e 1,8 mil milhões de euros. A deteção é rara, tal como as investigações e os processos judiciais, e as sanções são baixas. O recurso à digitalização para rastrear melhor os resíduos perigosos e combater as declarações falsas, aliado a um mecanismo de penalização mais dissuasivo, poderá reduzir a ocorrência de tráfico ilegal. A proibição de todas as transferências de resíduos destinados a eliminação, proposta pela Comissão em 2021, poderá contribuir ainda mais para este objetivo.

A legislação da UE define resíduos perigosos como sendo os que apresentem uma ou mais características de perigosidade, ou seja, são explosivos, irritantes, tóxicos, etc. Os resíduos perigosos podem prejudicar a saúde humana e o ambiente. A indústria transformadora (especialmente metalúrgica), o tratamento da água e dos resíduos, a construção e as indústrias extrativas, representam, em conjunto, 75% dos resíduos perigosos gerados na UE. Estes também podem ser produzidos pelas famílias (por exemplo, determinados medicamentos, pilhas usadas, produtos de limpeza ou aparelhos eletrónicos). Na área da gestão de resíduos, cabe aos países da União aplicarem, a nível nacional, as regras legais da UE. A Comissão deu início a numerosos procedimentos de infração contra os Estados-Membros que não as transpuseram para as regras nacionais ou que não as respeitaram. A Comissão tem uma visão geral do financiamento atribuído pela UE para a gestão de resíduos em geral (4,3 mil milhões de euros de fundos da União no período de programação de 2014-2020), mas não especificamente para resíduos perigosos. Os dados disponíveis indicam que esse financiamento tem sido principalmente canalizado através do Programa-Quadro Horizonte 2020 para a investigação e o reforço das capacidades. As outras grandes fontes de financiamento da gestão dos resíduos perigosos são o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Transferência de resíduos: eurodeputados querem regras mais apertadas na UE

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição negocial para as conversações com os governos da UE sobre uma nova legislação para rever procedimentos e medidas de controlo das transferências de resíduos. A legislação revista deve proteger o ambiente e a saúde humana de forma mais eficaz, tirando pleno partido das oportunidades proporcionadas pelos resíduos para alcançar os objetivos da UE de uma economia circular e sem poluição.

Com o texto adotado esta terça-feira, os eurodeputados apoiam explicitamente a proibição das transferências de todos os resíduos destinados à eliminação na UE, exceto se autorizados em casos devidamente justificados e limitados. As exportações da UE de resíduos perigosos para países não pertencentes à OCDE seriam igualmente proibidas. A exportação de resíduos não perigosos para valorização só seria permitida para os países não membros da OCDE que deem o seu consentimento e demonstrem a sua capacidade para tratar esses resíduos de forma sustentável. Os eurodeputados pretendem igualmente proibir a exportação de resíduos de plástico para países não membros da OCDE e eliminar progressivamente as suas exportações para países da OCDE no prazo de quatro anos. O Parlamento Europeu apela à criação de um mecanismo de seleção baseado no risco para ajudar os países da UE que efetuam inspeções a prevenir e detetar transferências ilegais de resíduos.

Comércio e clima: UE e países parceiros estabelecem «aliança de ministros do comércio em matéria de clima»

A Comissão Europeia, os Estados-Membros da UE e 26 países parceiros [estabeleceram](#) uma «[aliança de ministros do comércio em matéria de clima](#)», que constitui o primeiro fórum mundial a nível ministerial dedicado ao comércio, às questões climáticas e de desenvolvimento sustentável. A aliança irá fomentar a ação a nível mundial para promover políticas comerciais que possam ajudar a combater as alterações climáticas através de iniciativas locais e mundiais.

A aliança visa criar parcerias entre o comércio e as comunidades climáticas, a fim de identificar as formas como a política comercial pode contribuir para combater as alterações climáticas. Irá promover o comércio e o investimento em bens, serviços e tecnologias tendo em vista a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas. Um elemento fulcral da agenda desta aliança consiste em identificar formas de as políticas comerciais apoiarem os países em desenvolvimento mais vulneráveis e os países menos desenvolvidos que enfrentam os maiores riscos decorrentes das alterações climáticas.

Este diálogo político de alto nível contará com a participação de ministros do comércio de diferentes regiões e níveis de rendimento. A sociedade civil, as empresas, as organizações internacionais e as comunidades climáticas e financeiras participarão nos trabalhos da aliança, que está aberta à adesão de todos os países interessados e que é, atualmente, composta por mais de 50 ministros de 27 jurisdições. Os quatro colíderes da aliança são o Equador, a UE, o Quénia e a Nova Zelândia. Os outros participantes são: Angola, Austrália, Barbados, Cabo Verde, o Canadá, a Colômbia, a Costa Rica, a Islândia, a Gâmbia, o Japão (Negócios Estrangeiros e Comércio), a República da Coreia, as Maldivas, Moçambique, a Noruega, as Filipinas, o Ruanda, a Zâmbia, Singapura, a Suíça, a Ucrânia, o Reino Unido, os Estados Unidos e Vanuatu.



Os próximos anos serão fundamentais para a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), que é o fundo emblemático da UE para a resposta à pandemia. O seu novo modelo de financiamento já despertou muita atenção das partes interessadas. O Tribunal de Contas Europeu prepara-se para apresentar vários relatórios sobre o assunto. Neste sentido, publicou uma primeira [análise comparativa entre o MRR e os fundos da política de coesão da UE](#), que pretende contribuir para as primeiras conclusões que servirão de base à preparação do orçamento de longo prazo da UE após 2027. O documento de análise examina as semelhanças e as diferenças entre ambos os instrumentos em termos de governação e gestão, programação das despesas, condições de pagamento, acompanhamento, custos de execução, controlo e auditoria.

Resumidamente, o MRR disponibiliza 724 mil milhões de euros de financiamento da UE, o que significa que, entre 2021 e 2027, os países da União podem gastar na coesão económica, social e territorial muito mais fundos do que anteriormente. O MRR também aumentará a percentagem de investimentos públicos financiados pela UE nos Estados-Membros. Como este mecanismo é aplicado ao mesmo tempo que os fundos da coesão, os países da União podem escolher qual dos instrumentos financiará um determinado investimento. É de extrema importância que a sua execução seja coordenada, devendo os países assegurar que se complementam e não se duplicam. Os dois instrumentos não têm a mesma finalidade, pelo que são aplicados no âmbito de quadros globais e mecanismos de governação e gestão distintos. Por isso, os organismos da UE e as autoridades dos Estados-Membros têm responsabilidades diferentes em relação a cada um deles.

Ambos os instrumentos concedem financiamento através de subvenções, mas o MRR também o faz sob a forma de empréstimos reembolsáveis. O apoio à coesão atribuído aos países tem em conta as disparidades regionais, o que não é o caso do financiamento do MRR. Além disso, os instrumentos diferem significativamente quanto aos processos de aprovação e avaliação, pois os pagamentos dos fundos de coesão baseiam-se nos custos reais, ao passo que os do MRR dependem do cumprimento satisfatório de marcos e metas, em que assentam também os controlos e as auditorias. Assim, no caso do MRR, a Comissão depende mais dos sistemas nacionais para garantir que os interesses financeiros da UE são efetivamente protegidos.



Cultura

Novo Bauhaus Europeu: um importante catalisador do Pacto Ecológico Europeu com financiamento reforçado

A Comissão Europeia [apresentou](#) o primeiro [relatório intercalar](#) sobre o Novo Bauhaus Europeu (NBE), que faz o balanço dos resultados alcançados nos dois primeiros anos da iniciativa, bem como o primeiro instrumento de avaliação do projeto do NBE: as [orientações para o NBE](#). O Novo Bauhaus Europeu criou uma vasta comunidade de organizações e de cidadãos em toda a Europa, cujo trabalho se articula em torno de uma visão comum que combina sustentabilidade, inclusão e estética. As principais atividades do NBE – incluindo os prémios, o primeiro festival e o laboratório («NEB Lab») – estão a cumprir os seus objetivos e permitiram construir uma rede transnacional ascendente. Graças aos mais de 100 milhões de EUR de financiamento europeu já atribuídos estão hoje em curso em toda a Europa projetos do NBE de pequena e grande escala. A Comissão reforçará igualmente o financiamento com mais 106 milhões de EUR só de fundos específicos do Horizonte Europa para o período de 2023-2024.

Desde o início, o NBE inspirou e incentivou intervenientes locais, regionais e nacionais a criarem as suas próprias iniciativas NBE. A fim de proporcionar um acesso transparente às informações sobre os convites específicos à apresentação de propostas do Novo Bauhaus Europeu, os beneficiários e os membros da sua comunidade, a Comissão criou o [quadro de indicadores do NBE](#), uma base de dados abrangente sob a forma de mapa interativo.

A Comissão continuará também a trabalhar na integração do NBE nos programas da UE, incluindo no âmbito da gestão partilhada da política de coesão, bem como no aumento do financiamento da iniciativa. Em 2023 e 2024, serão atribuídos mais de 106 milhões de EUR a convites específicos à apresentação de propostas do NBE ao abrigo da missão e dos agregados do Horizonte Europa. No contexto do Ano Europeu das Competências, a edição de 2023 dos [Prémios NBE](#) centrar-se-á na temática da educação e alargará a cobertura geográfica aos Balcãs Ocidentais, para além dos Estados-Membros da UE. Este ano, o NBE desenvolverá também a Academia NBE e organizará ações de formação sobre construção sustentável, circularidade e materiais de origem biológica, a fim de acelerar a transformação do setor.



Defesa e Segurança

rescEU: Comissão cria a primeira reserva estratégica química, biológica, radiológica e nuclear de sempre na Finlândia

A Comissão Europeia [atribuiu](#) à Finlândia 242 milhões de euros para o desenvolvimento da primeira reserva estratégica da UE em matéria química, biológica, radiológica e nuclear (CBRN). A Comissão já criou reservas da UE para diferentes áreas noutros Estados-Membros da UE, tais como a frota aérea de combate florestal da UE (Croácia, França, Grécia, Itália, Espanha e Suécia em 2022) e a reserva médica da UE de equipamento e dispositivos de proteção (Bélgica, Croácia, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Hungria, Roménia, Eslovénia, Suécia, e Países Baixos).

A reserva estratégica CBRN faz parte do desenvolvimento de uma abordagem de armazenamento a nível da UE de contramedidas médicas a serem utilizadas em emergências sanitárias, estabelecida no quadro do Mecanismo de Proteção Civil reforçado da UE e elaborado com a Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA)

Esta nova reserva é a primeira dedicada ao equipamento CBRN e incluirá contramedidas médicas críticas, tais como vacinas e antídotos, dispositivos médicos e equipamentos de resposta para assegurar uma melhor proteção em situações de alto risco. O financiamento será também utilizado para a formação de pessoal. O objetivo é reforçar os conhecimentos especializados CBRN na Europa e assegurar que as capacidades e as equipas de resposta sejam interoperáveis e possam ser destacadas para todo o continente.

Eurodeputados apelam a uma resposta mais forte às ameaças russas à segurança europeia

A guerra na Ucrânia, a ascensão do autoritarismo, uma China mais assertiva e a emergência climática provocaram uma mudança profunda na paisagem geopolítica, dizem os eurodeputados. A UE e os seus Estados-Membros devem aumentar a sua ajuda militar, política e humanitária à Ucrânia e reforçar a sua defesa na luta contra as ameaças russas à segurança europeia, afirmam os eurodeputados no seu relatório anual sobre a Política Externa e de Segurança Comum, adotado na quarta-feira por 407 votos a favor, 92 contra e 142 abstenções.

A resposta da UE à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia está a ser acompanhada de perto por autocracias em todo o mundo e irá influenciar grandemente o seu comportamento na cena internacional, advertem os eurodeputados. Exortam a UE a utilizar as disposições do Tratado da União Europeia que permitam ao Conselho tomar certas decisões, sem implicações militares, tais como sobre sanções e direitos humanos, por maioria qualificada e não por unanimidade. O relatório apela também às instituições da UE para que apresentem uma proposta sobre como a UE poderia obter um lugar permanente em todos os organismos multilaterais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU.



Economia e Mercado

Eurodeputados adotam posição sobre legislação para combater empresas de fachada

Os eurodeputados querem alargar o âmbito da aplicação da Diretiva "Unshell" e endurecer as sanções propostas para combater as empresas de fachada utilizadas para fins fiscais. Os eurodeputados adotaram o seu parecer sobre a proposta de diretiva da Comissão, que estabelece os critérios para a determinação de uma empresa de fachada para fins fiscais, as sanções daí decorrentes, bem como os requisitos em matéria de apresentação de relatórios. Votada esta terça-feira em sessão plenária, a posição teve 637 votos a favor, 2 contra e 6 abstenções.

De acordo com o parecer da relatora Lídia Pereira (PPE, Portugal), os eurodeputados alteram a proposta da Comissão para reduzir ligeiramente os limiares abaixo dos quais uma empresa está isenta de comunicar informações às autoridades, forçando mais empresas a reportar. Ainda de acordo com a proposta da relatora, as empresas sujeitas aos requisitos de comunicação de informações devem ser obrigadas a fornecer informações mais pormenorizadas.

A fim de permitir uma melhor distinção entre as empresas fictícias legítimas e as existentes para efeitos de evasão fiscal, os eurodeputados alteraram igualmente os requisitos de partilha de informações entre os Estados-Membros, para assegurar uma melhor qualidade e exaustividade dos dados trocados. A proposta do Parlamento prevê ainda sanções a aplicar também às empresas com rendimentos nulos ou baixos. Os eurodeputados sustentam que estas devem corresponder a um mínimo de 2 % das receitas de uma empresa que no exercício fiscal em causa não tenha comunicado corretamente e a 4 % das receitas em caso de falsas declarações. Quando se verifica ausência ou receitas inferiores a um limiar fixado pela autoridade fiscal nacional, a sanção deve basear-se no património total da empresa.

Durante o debate de segunda-feira em sessão plenária, a relatora Lídia Pereira defendeu a descida nos impostos em Portugal. "Infelizmente há Estados Membros como o meu, Portugal, que insistem em cargas fiscais excessivas sobre os contribuintes. Precisamos de respostas concretas para o aumento do custo de vida e a primeira delas deveria ser uma baixa de impostos".

Fundo de recuperação: Conselho adota atualização do plano nacional do Luxemburgo

O Conselho adotou uma decisão de execução que altera o plano de recuperação e resiliência do Luxemburgo. Em 2023, prevê-se que, gradualmente, cada um dos 27 Estados-Membros solicite decisões de execução relativas a atualizações dos respetivos planos nacionais de recuperação e resiliência pelo menos uma vez, para que seja possível aceder às novas subvenções do plano REPowerEU, solicitar empréstimos disponíveis ou ter em conta a dotação atualizada do MRR.

A atualização do plano do Luxemburgo é de natureza técnica e procura ter em conta a redução da contribuição financeira máxima atualizada (82,7 milhões de euros em vez de 93,3 milhões de euros). A avaliação positiva do plano do Luxemburgo pelo Conselho no que diz respeito à sua pertinência, eficácia, eficiência e coerência mantém-se inalterada. Tendo em conta a redução da contribuição financeira máxima e o plano de recuperação e resiliência atualizado do Luxemburgo, as medidas que contribuem eficazmente para o montante da transição ecológica representam 68,8 % da sua dotação global, face a 60,9 % no plano inicial. As medidas que contribuem eficazmente para a transição digital representam 29,6 % da dotação global, face a 31,6 % no plano inicial.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência é o programa da UE de apoio financeiro em grande escala destinado a dar resposta aos desafios que a pandemia colocou à economia europeia. Os 672,5 mil milhões de euros do mecanismo estão a ser utilizados para apoiar as reformas e os investimentos descritos nos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros. A contribuição financeira máxima do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para o apoio financeiro não reembolsável de cada Estado-Membro foi atualizada em 30 de junho de 2022. Em 11 de novembro de 2022, o Luxemburgo apresentou à Comissão um plano nacional atualizado, a fim de ter em conta essa contribuição financeira máxima atualizada.



Emprego

Rentabilizar os talentos existentes na Europa: um novo impulso para as regiões da UE

A Comissão Europeia [lançou](#) o «Mecanismo para promover os Talentos». Este mecanismo ajudará as regiões da UE afetadas pelo declínio acelerado da sua população em idade ativa a formar, reter e atrair as pessoas, as aptidões e as competências necessárias para fazer face ao impacto da transição demográfica.

O mecanismo é apresentado na « [Comunicação intitulada «Rentabilizar os talentos existentes nas regiões da Europa»](#) e é a primeira iniciativa-chave em 2023 que contribui para o [Ano Europeu das Competências](#), tal como proposto pela Comissão, que visa dar um novo impulso à requalificação e à melhoria de competências. A comunicação oferece soluções personalizadas, locais e multidimensionais, incluindo em matéria de utilização dos fundos e iniciativas da UE existentes para apoiar as regiões mais afetadas pela transição demográfica em curso e os seus efeitos secundários e para prevenir o aparecimento de novas e crescentes disparidades territoriais na UE.

A Comissão publicou igualmente o seu [relatório de 2023 sobre o impacto das alterações demográficas](#), que atualizou o [Relatório Demográfico de 2020](#). O relatório revê as tendências demográficas e os impactos identificados à luz dos recentes acontecimentos, como o Brexit, a COVID-19 ou a agressão militar russa contra a Ucrânia. Nele se salienta que, para garantir a prosperidade e o bem-estar futuros na UE, é crucial dar resposta aos desafios decorrentes da transição demográfica. Estes desafios incluem o envelhecimento da população, o declínio demográfico e a diminuição da população em idade ativa, mas também o aumento das disparidades territoriais, incluindo uma crescente clivagem entre as zonas urbanas e rurais. O relatório analisa se os padrões demográficos estabelecidos são acelerados ou perturbados, de que maneira o são e quando ocorrem, se as perturbações são transitórias ou se têm um impacto duradouro nas alterações demográficas.



Energia

Apenas 22% da energia consumida em 2021 na União Europeia provém de energias renováveis

A quota do consumo final bruto de energia proveniente de fontes renováveis a nível da UE [atingiu](#) 21,8% em 2021. Em comparação com 2020, esta foi uma diminuição de 0,3 pontos percentuais (pp) e a primeira diminuição alguma vez registada. Olhando para o objetivo da UE atualmente fixado para 2030 de 32% pela Diretiva 2018/2001 de 11 de dezembro de 2018 relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a quota de 21,8% registada para 2021 ainda está muito abaixo do objetivo.

Por conseguinte, os países precisam de intensificar os seus esforços para se manterem acima da linha de base estabelecida no Regulamento 2018/1999 sobre a governação da União Energética e a Ação Climática, e para cumprirem a trajetória exigida pela UE. Isso ainda ganha maior relevância, tendo em conta que em 2021 a Comissão publicou a sua proposta de alteração da Diretiva sobre Energias Renováveis, onde pretende aumentar esta meta de 40%, com o plano REPowerEU em 2022, para 45%.

Com mais de metade da sua energia proveniente de fontes renováveis no seu consumo final bruto de energia, a Suécia (62,6%, dependendo principalmente de uma mistura de biomassa, hídrica, eólica, bombas de calor e biocombustíveis líquidos) tinha de longe a maior quota entre os Estados-Membros da UE em 2021, à frente da Finlândia (43,1%) e da Letónia (42,1%) (ambas utilizando principalmente biomassa e hídrica), Estónia (37,6%, dependendo principalmente de biomassa e eólica), Áustria (36,4%, principalmente hídrica e biomassa) e Dinamarca (34,7%, principalmente biomassa e eólica).

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova medida austríaca para reduzir o consumo de eletricidade no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia

A Comissão Europeia [aprovou](#) uma medida austríaca de 100 milhões de euros para reduzir o pico de consumo de eletricidade na Áustria, no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. Esta é a primeira medida destinada a apoiar a redução do consumo de eletricidade que a Comissão aprovou ao abrigo do Quadro Temporário de Crise dos Auxílios Estatais.

A medida fornece apoio financeiro para alcançar o objetivo de redução do consumo estabelecido pelo Regulamento (UE) 2022/1854 e moderando os preços da eletricidade. A ajuda será atribuída através de um processo de licitação competitivo, e procurará promover a deslocação do consumo para horários menos intensivos, além do armazenamento de eletricidade.

A Comissão concluiu que o regime austríaco é necessário, adequado e proporcional para remediar uma perturbação grave na economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107(3)(b) do TFUE e com as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise.



Espaço

Comissão Europeia e Japão assinam novo acordo Copernicus para impulsionar o intercâmbio de dados de observação da Terra

A Comissão Europeia [assinou](#) um Acordo de Cooperação com o ministério da Economia, Comércio e Indústria (METI) do Japão para facilitar a partilha de dados de Observação da Terra com base na reciprocidade.

A UE e o Japão têm uma cooperação de longa data no espaço e partilham interesses estratégicos comuns. O novo acordo proporcionará benefícios mútuos a ambas as partes: a UE proporcionará acesso aos dados e serviços do Copernicus, a componente de observação da Terra do [Programa Espacial da UE](#). O Japão proporcionará à Comissão, para efeitos do Copernicus, acesso livre e gratuito aos dados dos seus satélites de observação da Terra não-comerciais.

Os serviços Copernicus, que fornecem dados em tempo quase real à escala global, beneficiarão de uma maior qualidade e precisão graças aos dados adicionais obtidos a partir de satélites japoneses e fontes *in-situ*. Ambas as partes também se comprometem a acelerar a utilização de dados de satélite para cooperação numa série de áreas de interesse comum, incluindo a gestão a longo prazo dos recursos naturais, monitorização das zonas marinhas e costeiras, poluição e biodiversidade, adaptação às alterações climáticas e monitorização global de gases com efeito de estufa CO₂, redução do risco de desastres e segurança alimentar, entre outros.



Estado de Direito

Eurodeputados dão luz verde ao Acordo de intercâmbio de dados com a Nova Zelândia sobre a aplicação da legislação

Com 594 votos a favor, 27 contra e 9 abstenções, o Parlamento Europeu [votou](#) a favor de um acordo que impulsionará a cooperação operacional entre as autoridades na aplicação da lei, permitindo o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e as autoridades da Nova Zelândia para efeitos de combate à criminalidade grave e ao terrorismo. Este acordo assenta nos acordos de cooperação existentes entre a Europol e a Nova Zelândia no domínio da aplicação da lei e da luta contra o terrorismo.

Embora permitindo o intercâmbio de dados pessoais relevantes, o acordo também inclui salvaguardas para os direitos fundamentais, incluindo a proteção de dados. As finalidades para as quais os dados podem ser tratados serão limitadas ao necessário, e as pessoas em causa terão direitos executórios de acesso aos dados e de correção de erros. Além disso, as autoridades devem notificar-se mutuamente de violações de dados e, em certos casos, notificar também os titulares dos dados. O acordo estipula igualmente que uma autoridade independente deve supervisionar a proteção de dados pessoais. Pode ser suspensa ou rescindida se qualquer uma das partes não respeitar as suas obrigações.

Comissão Europeia lança Coorte Deliberativa para a Democracia da Cimeira para a Democracia

A vice-presidente da Comissão Europeia, Dubravka Šuica, e Art O'Leary, CEO da Comissão Eleitoral e das Assembleias de Cidadãos da Irlanda, [lançaram](#) a Coorte Deliberativa para a Democracia da Cimeira para a Democracia. A Cimeira para a Democracia é uma reunião global de 112 governos, bem como representantes da sociedade, organizações internacionais e da comunidade empresarial, organizada pelo Presidente dos EUA Joe Biden para discutir os desafios e oportunidades que as democracias enfrentam no século XXI.

A Coorte Deliberativa para a Democracia, um dos grupos multilaterais que fazem parte da Cimeira, será cogerida pela Comissão Europeia e pelo governo da Irlanda, com o apoio da *NewDemocracy Foundation*. A Coorte visa promover a democracia deliberativa, através de compromissos concretos a serem assumidos pelos interessados a nível nacional e internacional.

A Coorte apela aos interessados, incluindo governos nacionais, ONGs e organizações relevantes, para assinarem uma declaração sobre a defesa da democracia e da democracia deliberativa, a ser levada por diante para discussão na Cimeira. A primeira reunião da Cimeira teve lugar a 9 e 10 de dezembro de 2021. A próxima reunião está agendada para 29 e 30 de março de 2023.

Guerra na Ucrânia: eurodeputados querem tribunal especial para punir crimes russos

Numa resolução [aprovada](#) esta quinta-feira, os eurodeputados exigem que os líderes políticos e militares russos sejam responsabilizados pelo crime de agressão contra a Ucrânia. Os membros do Parlamento Europeu referem que as atrocidades cometidas pelas forças russas em Bucha, Irpin e muitas outras cidades ucranianas, revelam a brutalidade da guerra e sublinham a importância de uma ação internacional coordenada para levar os responsáveis perante a justiça ao abrigo do direito internacional.

Os eurodeputados pedem à União Europeia para que, em estreita cooperação com a Ucrânia e a comunidade internacional, insista na criação de um tribunal internacional especial para julgar a liderança política e militar da Rússia e os seus aliados. A criação de tal

tribunal preencheria, de acordo com os eurodeputados, um vazio na justiça penal internacional e complementar os esforços de investigação do Tribunal Penal Internacional, que atualmente não pode investigar o crime de agressão no que respeita à Ucrânia.

O Parlamento Europeu está firmemente convicto de que a criação de um tribunal especial enviaria um sinal muito claro à sociedade russa e à comunidade internacional de que o presidente Vladimir Putin e os dirigentes russos em geral podem ser condenados pelo crime de agressão na Ucrânia. Os deputados salientam que já não é possível que a Federação Russa, sob a liderança de Putin, volte a trabalhar "como de costume" com o Ocidente.

Parlamento Europeu pede mais sanções contra regime iraniano

Todos os responsáveis por violações dos direitos humanos [devem](#) enfrentar as sanções da UE e o Corpo de Guardas da Revolução deve constar da lista de terroristas, insistem os eurodeputados. O desrespeito flagrante pela dignidade humana e pelas aspirações democráticas dos seus próprios cidadãos, bem como o seu apoio à Rússia, "exigem novos ajustamentos da posição da UE em relação ao Irão", refere uma resolução aprovada esta quinta-feira.

Os eurodeputados apelam à União Europeia para que alargue a sua lista de sanções, de modo a incluir todos as pessoas e entidades responsáveis por violações dos direitos humanos e os seus familiares, incluindo o líder supremo Ali Khamenei, o presidente Ebrahim Raisi, o procurador-geral Mohammad Jafar Montazeri e todas as formas de patrocínio ("bonyads") ligadas ao Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (IRGC).

Apelam também ao Conselho e aos países da UE para que acrescentem o IRGC e as suas forças subsidiárias, incluindo a milícia paramilitar Basij e a força Quds, à lista de terroristas da UE. Qualquer país em que o IRGC desenvolva operações militares, económicas ou informativas deve cortar e proibir os laços com esta entidade.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e direitos

Violações dos direitos humanos no Brasil, Marrocos e Nagorno-Karabakh

Na quinta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) três resoluções sobre o respeito pelos direitos humanos no Brasil, Marrocos e Nagorno-Karabakh. O Parlamento expressa a sua solidariedade com o presidente democraticamente eleito Lula da Silva, o seu governo e as instituições brasileiras, e condena com a maior veemência os atos criminosos perpetrados pelos apoiantes do ex-presidente Bolsonaro, exortando-os a aceitar o resultado democrático das eleições.

O Parlamento insta as autoridades marroquinas a respeitar a liberdade de expressão, a liberdade dos meios de comunicação social e a assegurar um julgamento justo para os jornalistas presos, incluindo Omar Radi, Souleimen Raissouni e Taoufik Bouachrine. Os deputados europeus apelam à sua libertação provisória imediata e exigem o fim do assédio a todos os jornalistas do país, bem como aos seus advogados e famílias.

O Parlamento deplora a grave crise humanitária causada pelo bloqueio em curso do corredor de Lachin em Nagorno-Karabakh por autoproclamados ambientalistas do Azerbaijão. Como o corredor é a única rota que liga a região devastada pela guerra à Arménia e ao mundo exterior, os deputados europeus exortam o Azerbaijão a reabri-lo imediatamente, para permitir a liberdade de circulação e assegurar o acesso aos bens e serviços essenciais para os mais vulneráveis.



Instituições

Presidência sueca: uma Europa mais verde, mais segura, mais independente

Na terça-feira de manhã, o primeiro-ministro sueco Ulf Kristersson [discutiu](#) as prioridades da Presidência sueca do Conselho com os eurodeputados em Estrasburgo. No seu discurso, Kristersson referiu que a primeira prioridade do seu país como Presidente do Conselho seria a segurança da Europa, continuando a apoiar a Ucrânia devastada pela guerra e sublinhando a importância geopolítica da UE num mundo cada vez mais incerto.

No entanto, disse também que "quando olhamos para a nossa segurança, devemos também ter em conta aspetos que estão próximos das preocupações dos nossos cidadãos", mencionando que a UE deve cooperar mais eficazmente contra o crime organizado e trabalhar para uma política de migração comum e coerente.

Proseguiu falando sobre o papel crucial da UE na transição verde, as suas ligações à competitividade a longo prazo da Europa e o facto de muitas empresas quererem beneficiar da mudança de uma economia dependente de combustíveis fósseis para uma economia livre de combustíveis fósseis. A função dos representantes eleitos deveria ser a de fornecer o enquadramento correto, afirmou.

"Para que as empresas europeias possam produzir energia, fabricar baterias, carros elétricos e produzir aço sem combustíveis fósseis no futuro, precisam das condições certas para serem competitivas", sublinhou. Finalmente, o primeiro-ministro Kristersson salientou que a Suécia também fará da defesa dos valores comuns e fundamentais da UE uma prioridade. "Não é à corrupção e ao compadrio

que a Ucrânia, a Moldávia e os outros países candidatos aspiram". (...) A democracia liberal - uma combinação de soberania popular e direitos individuais - é o que distingue a UE de outras instituições internacionais". .



Investigação e inovação científica, ciência

10 mil inovações com potencial comercial financiadas pela UE agora mais acessíveis aos investidores

O [Radar de Inovação](#), a maior base de dados de inovações financiadas pela UE, [atingiu](#) um marco importante com 10 mil inovações na plataforma. Lançado em 2015, o objetivo do Radar de Inovação é tornar os resultados do financiamento da inovação da UE facilmente acessíveis a todos, especialmente aos investidores. A UE ajuda agora equipas de projetos relevantes a procurar capital de investidores privados através de ações como o [Dealflow.eu](#) (que utiliza ativamente a inteligência do Radar de Inovação). Os inovadores apoiados pela *Dealflow* já angariaram um total de mais de 300 milhões de euros em capital desde o seu [lançamento](#) em 2020.



Mar e pescas

Pesca de pequena escala: eurodeputados propõem formas para aumento dos rendimentos

O Parlamento Europeu [sugere](#) que se aumentem os rendimentos dos pescadores de pequena escala reduzindo o número de intermediários e isentando o setor das taxas sobre os combustíveis. Num relatório aprovado por 408 votos, 66 contra e 44 abstenções, os eurodeputados apresentaram uma série de medidas destinadas a apoiar os pescadores de pequena escala.

O texto, que teve como relator [João Pimenta Lopes](#) (PT, GUE), propõe que a cadeia comercial dos pescadores aos consumidores seja encurtada, aumentando as possibilidades de vendas diretas e, deste modo, reduzindo o número de intermediários. A isenção do pagamento de impostos sobre o combustível é outro meio de ajudar o setor. Por isso, os eurodeputados pedem que se mantenha a isenção atual, prevista para terminar no âmbito da [diretiva relativa à tributação dos produtos energéticos e da eletricidade](#).

Com uma idade média de 32,5 anos, a frota de pequena escala deveria beneficiar de taxas de cofinanciamento mais elevadas no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para poder ser renovada e tornar o segmento mais respeitador do ambiente. Os eurodeputados propõem igualmente a substituição do atual processo de financiamento por um sistema de pré-financiamento, salientando que o segmento de pequena escala só tem acesso a 7 % dos fundos disponíveis para todo o setor da pesca.

Para melhorar a taxa de execução do FEAMPA, os eurodeputados insistem na importância dos processos de redução da complexidade administrativa, mais rápida aprovação dos pedidos e menos burocracia. Por último, o Parlamento propõe um fundo de compensação salarial que cubra qualquer perda de rendimento dos períodos de interdição de pesca, que deveriam ser considerados tempo de trabalho efetivo para efeitos de aposentação e outras questões relacionadas com a segurança social.

Pesca sustentável: mais navios de patrulha para reforçar o acompanhamento, controlo e vigilância

A Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA) - a agência da UE responsável pela aplicação das mais elevadas normas comuns de controlo, inspeção e vigilância no âmbito da Política Comum das Pescas - [disponibilizou](#) três novos navios de patrulha. Reforçarão as inspeções de pesca em águas europeias e internacionais. Estes navios irão aumentar a capacidade operacional da AECF para o acompanhamento, controlo e vigilância das pescas.

O comissário para o Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevičius, afirmou: "Estes navios cumprem uma missão crucial para tornar a nossa pesca mais sustentável e para promover condições equitativas para os nossos pescadores. Reforçam os instrumentos de inspeção das pescas da UE. Os novos navios darão um importante contributo para o controlo das atividades de pesca nas águas da UE e não só, e para a realização dos nossos objetivos.

Os novos navios serão utilizados principalmente como navios de patrulha de pesca no Atlântico e no Mediterrâneo para ajudar os Estados-Membros da UE a organizar atividades de coordenação operacional com vários planos de utilização conjunta nas bacias marítimas da UE, bem como no seio de certas Organizações Regionais de Gestão das Pescas. Denominados "Ocean Guardian", "Ocean Protector" e "Ocean Sentinel" e arvorando a bandeira portuguesa, os navios desempenharão também outras funções de guarda costeira, incluindo vigilância marítima e combate à poluição.

UE compromete-se a disponibilizar 1 milhão de euros para o importante acordo da OMC sobre os subsídios às pescas

A UE [comprometeu-se](#) a disponibilizar 1 milhão de EUR para o mecanismo de financiamento das pescas, que constitui parte integrante do Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os subsídios às pescas, celebrado no ano passado. Criado em novembro de 2022, este novo mecanismo de financiamento das pescas visa apoiar a sustentabilidade das pescas e eliminar os subsídios prejudiciais às mesmas. Ao abrigo do mesmo serão concedidos subsídios aos países em desenvolvimento e aos países

menos desenvolvidos para que estes possam beneficiar de assistência técnica e reforçar as suas capacidades para aplicar o Acordo da OMC sobre os subsídios às pescas.

Estes subsídios permitirão complementar e estimular outras ajudas existentes disponíveis para a pesca sustentável. O mecanismo foi anunciado pelo vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis em Davos, na sua reunião com o diretor-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala.



Regiões Ultraperiféricas

Solicitada a reintrodução do programa especificamente dedicado às Regiões Ultraperiféricas no setor das pescas: POSEI Pescas

A [Resolução](#) do Parlamento Europeu, aprovada a 19 de janeiro de 2023, sobre a situação da pesca de pequena escala na UE e perspectivas futuras chama «a atenção para as características específicas das cadeias de valor do setor das pescas nas Regiões Ultraperiféricas e defende que deve ser dada especial atenção ao seu reforço e à facilitação do seu acesso aos mercados, para o que poderia contribuir não apenas a reintrodução do programa POSEI para as pescas, mas também a criação de um programa semelhante para os transportes».

Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD e vice-presidente da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, [afirmou](#), em plenária, que “as Regiões Ultraperiféricas, como os Açores e a Madeira, desempenham um papel crucial na conservação e recuperação dos ecossistemas marinhos. Considero muito importante a reintrodução do programa especificamente dedicado a estas regiões no setor das pescas, um POSEI Pescas”. A eurodeputada reiterou ainda ser necessário “no imediato, apoios aos pescadores para aliviar a carga do preço do combustível” e lembrando o estado da frota europeia de pequena escala, que merece “medidas visando a progressiva renovação e modernização das embarcações”.

O eurodeputado-relator [João Pimenta Lopes](#) (PT, GUE), na sua [intervenção final](#), solicitou igualmente a reintrodução dum POSEI-Pescas para as Regiões Ultraperiféricas, assim como a criação dum POSEI-Transportes.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Comissão Europeia desembolsa os primeiros 3 mil milhões de euros para a Ucrânia do pacote Assistência Macrofinanceira de 18 mil milhões de euros

A Comissão Europeia [desembolsou](#) a primeira parcela de 3 mil milhões de euros do pacote de Assistência Macrofinanceira+ (AMF+) dum total de 18 mil milhões de euros para a Ucrânia. Isto segue-se à rápida adoção e entrada em vigor do Regulamento da AMF+ em meados de dezembro de 2022, menos de dois meses após o pedido do Conselho Europeu de 20-21 de outubro de 2022.

O que é o pacote AMF+ e como é que funciona? Com o apoio financeiro estável, regular e previsível de até 18 mil milhões de euros para 2023 ao abrigo deste instrumento, a Ucrânia poderá continuar a pagar salários e pensões e manter em funcionamento serviços públicos essenciais, tais como hospitais, escolas, e habitação para pessoas deslocadas. Também permitirá à Ucrânia assegurar a estabilidade macroeconómica e restaurar as infraestruturas críticas destruídas pela Rússia na sua guerra de agressão, tais como infraestruturas energéticas, sistemas de água, redes de transportes, estradas e pontes.

Ajuda Humanitária: UE aumenta o financiamento para 1,7 mil milhões de euros para 2023

Dado que as necessidades humanitárias [continuam](#) a aumentar a nível mundial, a UE mantém o seu compromisso de apoiar os necessitados, adotando o seu orçamento anual inicial humanitário de 1,7 mil milhões de euros para 2023. As crises humanitárias induzidas pelo homem, resultantes de guerras com violações frequentemente generalizadas do direito internacional, conflitos ou surtos de violência são a principal fonte de necessidades humanitárias no mundo.

A assistência humanitária da UE ajuda milhões de pessoas vulneráveis, incluindo pessoas deslocadas à força ou populações presas, bem como as comunidades de acolhimento. As necessidades resultantes de tais crises são frequentemente exacerbadas por catástrofes desencadeadas por perigos naturais, tais como secas ou inundações, alimentadas pelas alterações climáticas.



Tecnologia, informática e comunicações

Novas regras mais rigorosas para ciberresiliência e resiliência física de entidades e redes críticas

Ameaças recentes às infraestruturas críticas da UE podem comprometer a nossa segurança coletiva. Já em 2020, a Comissão Europeia tinha proposto uma atualização significativa das regras da UE em matéria de resiliência das entidades críticas e de segurança de redes e sistemas de informação. No passado dia 16 de janeiro entraram em vigor duas diretivas fundamentais sobre infraestruturas críticas e digitais que reforçarão a resiliência da UE contra ameaças em linha e fora de linha, desde os ciberataques à criminalidade, passando pelos riscos para a saúde pública ou pelas catástrofes naturais. São elas a [Diretiva relativa a medidas destinadas a garantir um](#)

[elevado nível comum de cibersegurança na União](#) (Diretiva SRI 2) e a [Diretiva relativa à resiliência das entidades críticas](#) (Diretiva REC). Os Estados-Membros dispõem de 21 meses para transpor ambas as diretivas para o direito nacional. Durante esse período, os Estados-Membros devem adotar e publicar as medidas necessárias para lhes dar cumprimento. Mais informações sobre a Diretiva SRI 2 [aqui](#), no [documento com perguntas e respostas](#) e na [ficha informativa](#) e sobre a Diretiva REC [aqui](#).

Proteger os jogadores e incentivar o crescimento no setor dos jogos de vídeo

O Parlamento Europeu [quer](#) que os jogadores sejam melhor protegidos contra o risco da dependência. Numa resolução, votada esta quarta-feira, é salientado o potencial deste setor inovador. A resolução — aprovada por 577 votos a favor, 56 contra e 15 abstenções — reclama regras harmonizadas que permitam aos pais ter uma boa perspetiva e controlo sobre os jogos dos filhos, bem como quanto tempo e dinheiro gastam a jogar. Os eurodeputados solicitam informações mais claras sobre o conteúdo, as políticas de compra no jogo e o grupo etário-alvo dos jogos, possivelmente de acordo com o [sistema de informação pan-europeia sobre jogos](#) (PEGI), já utilizado em 38 países.

Os eurodeputados também querem proteger os menores em particular dos estímulos às compras no contexto do jogo e de se envolverem na chamada *gold farming*, ou seja, acumulação de moeda virtual e posterior venda por dinheiro real, uma vez que pode estar associado a crimes financeiros e violações dos direitos humanos. Também alertam para o facto de um artigo obtido em jogo poder “ser trocado durante o jogo ou através de sítios Web de terceiros por dinheiro real”. Além disso, os desenvolvedores de jogos devem evitar projetar jogos que alimentem a dependência e devem ter em conta a idade, os direitos e as vulnerabilidades das crianças.



Turismo

Destaque dado aos Açores na Condé Nast Traveler

Os Açores estão [referenciados](#) como um destino de “green tourism” e sustentabilidade na edição de janeiro/fevereiro de 2023 da revista Condé Nast Traveler, projetando-se como uma escolha “livre de culpa” para os viajantes mais preocupados com o ambiente.

“É um grande orgulho ver este reconhecimento internacional da qualidade turística e da sustentabilidade dos Açores – somos, de facto, um destino de eleição”, [sublinha](#), em reação a esta referência, Berta Cabral, Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. No destaque, foram realçadas boas-práticas que fazem dos Açores um destino sustentável em terra e em mar, incluindo a classificação de 25% da área terrestre como área protegida, a preservação dos parques marinhos, e a proveniência de fontes renováveis de quase metade da energia produzida na Região.

De acordo com a Condé Nast Traveler, os empresários seguem este desígnio, com uma oferta turística mais sustentável, que faz dos Açores um local com experiências únicas, imersivas e com valor acrescentado. “Sabemos que esta referência da Condé Nast Traveler resultou da visita de uma jornalista aos Açores e de um contacto direto com a DMO Açores - Estrutura de Gestão de Sustentabilidade do Destino, demonstrando a assertividade do trabalho de promoção turística que tem vindo a ser feito”, prossegue Berta Cabral.

No texto da revista, é ainda evidenciada o facto de a Região Autónoma dos Açores ser o primeiro e único arquipélago no mundo certificado formalmente como “Destino Turístico Sustentável”. A Condé Nast Traveler é a revista mensal dedicada a viagens de luxo e a viajantes independentes e sofisticados mais vendida do Reino Unido, destacando as melhores experiências de viagem no mundo.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2023](#).



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até

10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!